



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público

Processo n.: 606332
Natureza: Processo Administrativo
Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Serranos

À Coordenadoria de Débito e Multa,

Tratam os autos de processo administrativo decorrente de inspeção ordinária realizada na Prefeitura Municipal de Serranos, referente exame das despesas sujeitas a procedimento licitatório, no período de janeiro a dezembro de 1997.

Acórdão de 17/04/2013 (f. 1038/1045) considerou irregulares as despesas pagas sem observância da proposta mais vantajosa no tocante ao fornecimento de óleo diesel, tendo em vista a adjudicação ao licitante que apresentou o segundo menor preço; e considerando que tal irregularidade enseja a configuração de dano ao erário, em relação ao qual se aplica a regra da imprescritibilidade da pretensão reparatória, em conformidade com o disposto no art. 37, §5º, da CR/88, determinou ao Sr. Elvio Antonio da Silva, Prefeito Municipal à época, o ressarcimento do valor de R\$ 559,68 (quinhentos e cinquenta e nove reais e sessenta e oito centavos) ao erário municipal, devidamente corrigido à época da devolução.

A referida decisão transitou em julgado em 24/06/2014, conforme certificado às f. 1048.

Em face da ausência de recolhimento voluntário, foi emitida a Certidão de Débito n. 313/2014, com atualização monetária do *quantum debeatur* (f. 1052). Os autos, em seguida, foram encaminhados ao Ministério Público de Contas, para adoção das medidas cabíveis nos termos do art. 32 da Lei Complementar Estadual n. 102/2008.

Destarte, considerando a realização do devido monitoramento remoto da execução concernente à certidão de débito supracitada, por meio do ACOMPANHAMENTO CAMP n. 606332R3272014, encaminham-se os autos à Coordenadoria de Débito e Multa, para os fins dispostos no art. 12, I, e II, da Resolução n. 13/2013, e seu posterior arquivamento.

Belo Horizonte, 17 de novembro de 2014.

Eric Botelho Mafra

Diretor da Secretaria do Ministério Público de Contas¹
(Documento assinado digitalmente disponível no SGAP)

¹ Portaria n. 106/2013, do Ministério Público de Contas, publicada no DOC de 16/12/2013.